



A3-430 Religando a produção ao consumo: A criação da feira de economia popular no Município de Dom Pedrito - RS

Alves, Simone Silva; Universidade Federal do Pampa-UNIPAMPA. Campus Dom Pedrito, Brasil/RS; simonealves@unipampa.edu.br ;
Werka, Carin; UNIPAMPA; carin_werka@hotmail.com;
Silva, Deotilde; UNIPAMPA; deotilde.silva@bol.com.br;
Olalde, Alicia Ruiz, aliciaolalde@unipampa.edu.br

Resumo

No extremo sul do Brasil, o município de Dom Pedrito localizado na Campanha Gaúcha possui sua história demarcada pela exploração de grandes áreas territoriais por poucos produtores agropecuários. O índice de Gini correspondente a 0,42, corroborando sobre a desigualdade existente no município, consequência desse modelo de agricultura patronal. A Feira de Economia Popular Solidária surge como uma alternativa ao pequeno produtor. Porém, esses feirantes ainda necessitam de formação para melhor gerir seus empreendimentos. Este trabalho tem como objetivo demonstrar alguns dados, aspectos e características relevantes sobre a feira, além dos esforços que estão sendo realizados para que a feira se legitime no município de Dom Pedrito/RS.

Palavras Chaves: economia solidária; educação; circuitos curtos.

Abstract

In southern Brazil, the municipality of Don Pedrito located in Rio Grande do Sul Campaign has its history marked by the exploitation of large land areas for a few agricultural producers. The Gini index corresponding to 0.42, confirming on the existing inequality in the city, a consequence of this model of commercial farmers. The Fair of Popular Solidarity Economy is an alternative to the small producer. However, these merchants still need training to better manage their enterprises. This work aims to demonstrate some data, relevant aspects and features of the fair, in addition to the efforts being made so that the fair is legitimate in Dom Pedrito / RS.

Key Words: solidarity economy; education; short circuits .

Introdução

O município de Dom Pedrito, localizado na região da Campanha Gaúcha, ocupa uma superfície de 5.192 km² e conta com uma população de 39.920 habitantes (2014), apresentando alto índice de urbanização (90,6%) e baixa densidade demográfica (7,69 hab./km²). Esses indicadores estão de acordo com as características da ocupação do município, com predominância histórica da atividade pecuária extensiva e o cultivo de arroz, e mais recentemente, a expansão da soja em larga escala. A mão de obra ocupada em atividades agropecuárias, de acordo ao último censo agropecuário, é de aproximadamente 5 mil trabalhadores, o que corresponde ao emprego de uma pessoa cada 83 hectares.

A superfície total das propriedades agropecuárias é de 414 mil hectares, sendo que os estabelecimentos da agricultura patronal, de acordo com dados do último censo agropecuário, ocupam quase 95% da área, com um tamanho médio de 564,8 hectares. Apesar da concentração fundiária, a mesma fonte identificou a presença de 717 produtores familiares, que mesmo ocupando apenas 5% da área agropecuária, representam 51% dos estabelecimentos, com uma área média de 31,9 hectares.

A agricultura familiar possui um viés diferente da agricultura patronal, pois geralmente utilizando-se de áreas menores e de mão-de-obra da própria família, obtém maior rendimento e ocupa mais pessoas por unidade de área (IBGE, 2006).

Buainaim, Romeiro e Guanziroli (2003) destacam que a agricultura familiar é um universo muito heterogêneo, seja em termos de disponibilidade de recursos, acesso ao mercado, capacidade de geração de renda e acumulação. Nesse sentido, não existem dados específicos sobre a orientação produtiva das 717 unidades familiares do município de Dom Pedrito. Mas, em pesquisa realizada em 2014, para analisar a utilização do crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) no município, foi observado que entre 2011 e 2013, 221 agricultores aderiram ao programa. Entrevistas realizadas com uma amostra desses produtores constataram que 52% dos contratos foram orientados exclusivamente para pecuária, 33% para agricultura e 15% para agricultura e pecuária. Entre as lavouras que mais utilizaram o crédito foram o arroz e a soja com 77% dos contratos, milho 15% e hortifruticultura correspondendo a 8% dos contratos. Neste caso, a agricultura familiar parece reproduzir o padrão produtivo do agronegócio.

As principais características do padrão da modernização agrícola são: especialização, aumento de escala, intensificação no uso de insumos, produção orientada pela lógica do mercado, dependência crescente de poucos mercados específicos, crescente “comoditização”. Em contrapartida, o modelo do Desenvolvimento Rural teria como principais características: redução do uso de insumos externos, diversificação, produção ambientalmente mais adequada, pluriatividade, maior controle sobre os processos de trabalho.

Nesse sentido, o grande desafio dos agricultores familiares e das entidades de apoio é produzir e comercializar dentro de um novo modelo, tendo como fundamentação a agroecologia e a economia solidária. O presente artigo caracteriza o segmento de produtores familiares olerícolas no município de Dom Pedrito. A olericultura, é definida como sendo o ramo da horticultura que abrange a exploração de um grande número de espécies de plantas englobando culturas folhosas, raízes, tubérculos e frutos diversos.

Assim como na grande maioria dos pequenos municípios do país, em Dom Pedrito a olericultura é praticada por pequenos produtores familiares, geralmente não organizados que procuram produzir e realizar a venda de seus produtos por conta própria. Neste caso, o estudo destaca os esforços para se aproximar dos consumidores, no que se conhece como “circuitos curtos” e, nesse contexto, relata o surgimento de uma opção de comercialização através da organização de uma feira de produtores, que vem sendo implantada no município.

Caracterização dos produtores familiares olerícolas do Município de Dom Pedrito

O estudo foi realizado a partir de entrevistas feitas com nove (9) produtores familiares olerícolas que participam da feira semanalmente. Observa-se que, nesse grupo, há uma única mulher que participa como produtora da feira. As propriedades variam de menos meio (1/2) hectare até quinze (15) hectares, prevalecendo pequenas propriedades, com área menor à média da agricultura familiar no município. A localização é predominantemente próxima à cidade em cinco (5) casos, enquanto outras quatro (4) estão a vinte e seis (26) km, em um assentamento da Reforma Agrária. Apenas um (1) tem um empregado permanente e três (3) utilizam mão-de-obra temporária nos período de maior exigência das atividades.

A produção é bastante diversificada: alface, rúcula, couve, tempero verde, beterraba, morango, melão, batata-doce, todos os agricultores produzem quase os mesmos produtos com exceção de um agricultor que diversifica sua produção com seis (6) qualidades e

alface, além de brócolis, couve-flor, repolho branco e repolho roxo, rabanete, cenoura, radiche ou almeirão, agrião, pimentão, tomate gaúcho, tomate italiano, tomate cereja e tomate pícolo (mini italiano).

Seis (6) agricultores declararam utilização de adubação orgânica por eles mesmos confeccionados, dentre esses dois são orientados pela EMATER (Associação Riograndense de Empreendimento, Assistência Técnica e Extensão Rural) a confeccionar os adubos orgânicos. Dois utilizam todo tipo de quimificação (inseticida, fungicida, herbicida).

Dos nove (9) entrevistados apenas dois (2) disseram que sobrevivem apenas da atividade da produção de produtos hortícola o ano inteiro, outros dois (2) tem como atividade principal a fruticultura e na entre safra produzem hortaliças, um (1) diversificou com a implantação de um mini comercio, para vender seus produtos, dois (2) disseram que são aposentados e viram na produção de hortaliças uma complementação na renda familiar, um (1) tem comercio como fonte de renda mas quer se dedicar somente à agricultura, outro é aposentado mas também trabalha fora da propriedade prestando serviço com máquinas. Com essas respostas foi identificada a pluriatividade em várias propriedades. A maioria dos produtores, além do trabalho agrícola, dedica importante parte do seu tempo à comercialização, procurando evitar a intermediação através da entrega direta dos produtos em domicílio e em lancherias e restaurantes, além de posto de venda na rua (1). Em todos os casos, procuram fidelizar os clientes pela qualidade dos produtos e pelo pronto atendimento. Todavia, estes produtores trabalhavam até agora de modo individual, sendo a feira a primeira experiência de trabalho coletivo.

A comercialização através de “circuitos curtos”

Os autores que pesquisam essa temática compartilham a ideia de que as novas possibilidades de inserção da agricultura nos mercados agroalimentares com base em estratégias autônomas requerem uma ótica de “construção de mercados” adequada à realidade dos agentes econômicos de pequeno porte.

A legislação brasileira não estabelece parâmetros para a definição de circuitos curtos. Alguns países, como a França, utilizam o termo para caracterizar os circuitos de distribuição que mobilizam até, no máximo, um intermediário entre produtor e consumidor. Mas, esta definição apresenta a deficiência de que esses intermediários podem ser agentes convencionais, como supermercados e varejistas, por isso, outras terminologias foram propostas, como “circuitos de proximidade”, “circuitos locais”, ou “circuitos alternativos”, para reforçar a noção de proximidade geográfica e aludir ao aspecto social/relacional presente na ligação entre consumidor e produtor, nos processos de desenvolvimento local e na territorialização da alimentação (DARLOT; LAMINE; BRANDEMBURG, 2013).

A mesma fonte reconhece a diversidade desses circuitos curtos, destacando, a venda direta em domicílio, venda direta na propriedade, participação em feiras ecológicas, criação de postos de venda por associações de agricultores, venda para consumidores organizados, agroturismo, lojas virtuais, e vendas para programas de governo, entre outros. A forma de comercialização mais adequada para cada tipo de produtor pode variar em função da organização do sistema de produção e da disponibilidade de trabalho e infraestrutura (DARLOT; LAMINE; BRANDEMBURG, 2013).

Observa-se que, em geral, as unidades que participam dos circuitos curtos são mais diversificadas e tendem à pluriatividade, com investimentos em agroturismo, gastronomia, lazer, alojamentos e atividades pedagógicas. As iniciativas bem sucedidas em circuitos curtos acontecem, normalmente, em locais onde se verifica a formação de uma rede com



estreita parceria entre o poder público, entidades não governamentais, organizações de agricultores e consumidores.

Os processos de construção destes circuitos constituem verdadeiros laboratórios de aprendizagem, pois os benefícios sociais e ambientais trazidos por essas práticas contribuem para a reflexão, tornando os produtores e consumidores mais conscientes, constituindo, portanto, um verdadeiro processo educativo.

Economia solidária como prática educativa

Para Freire (1980, p. 26), “a conscientização não pode existir fora da “práxis”, ou melhor, sem o ato ação-reflexão. Esta unidade dialética constitui, de maneira permanente, o modo de ser ou de transformar o mundo que caracteriza os homens”. Dessa forma, a economia popular solidária precisa ser entendida como prática inclusiva, como um dispositivo de transformação social, ao qual confluem desejos de superação e resistência à institucionalização da exclusão e da pobreza, caracterizando-se numa perspectiva integradora e de uma aprendizagem multidimensional da construção coletiva pelos agentes do processo educativo tendo como fim a formação de sujeitos ativos e conscientes da realidade em que estão inseridos. Não são as teorias modernas ou os conceitos abstratos que educam. É a prática concreta que, sendo pensada à luz da teoria, transforma a realidade histórica de cada povo.

Enquanto uma organização de economia mercantil tradicional tem como fim a busca pelo lucro, os empreendimentos econômicos solidários geralmente almejam objetivos além dos aspectos econômicos, visando a um equilíbrio entre os fatores sociais, políticos, culturais e ambientais (FRANÇA, 2008).

A experiência da feira de economia popular no município de Dom Pedrito - RS

De acordo com informações do Secretario Adjunto do município de Dom Pedrito, a iniciativa surgiu do prefeito municipal com o apoio do Governo Federal através do INCRA, e da EMATER. O convite foi feito para os assentamentos da reforma agrária do município e outros agricultores familiares, artesãos e outros empreendimentos da economia popular.

A Feira iniciou em janeiro de 2015, com pouco mais de 10 feirantes, e atualmente conta com mais de 30 trabalhadores. É realizada todas as sextas feiras e fica localizada na praça principal da cidade. No dia 24 de abril do corrente ano foi realizado um questionário a fim de caracterizar esses feirantes.

Ressalta-se que entre os dados apresenta-se que faixa etária média é de 49,5 anos, variando de 20 anos a feirante mais nova e 77 anos a feirante mais experiente. Quanto ao sexo, 80% são mulheres e o restante, 20% homens. No que tange a renda, 16% ganham menos de um salário mínimo, 76% tem renda entre um e três salários mínimos e por fim 8% possuem renda entre três e cinco salários mínimos. Unanimemente todos os feirantes possuem a feira como atividade complementar a renda. Quanto ao nível de escolaridade, 52% dos feirantes cursaram até a quarta série, os colocando na classificação de fundamental incompleto, e 4% possuem fundamental completo. 28% dos feirantes possuem ensino médio completo e 12% possuem superior incompleto.

Considerações finais

A experiência da feira pode ser um importante espaço de aprendizagem para produtores, consumidores e entidades de apoio sobre a prática da agroecologia e da economia solidária. Um dos maiores desafios é que os produtores possam se organizar para poder estabelecer coletivamente as regras de funcionamento da feira, como planejamento da produção e mecanismos de fixação de preços, por exemplo, para que a mesma possa se tornar um empreendimento permanente. Às entidades de apoio, que inclui a Universidade



Federal do Pampa, órgão de assistência técnica e prefeitura municipal, cabe trabalhar com esses empreendimentos e com os consumidores para que haja uma melhoria no desenvolvimento das suas práticas e reflexão sobre seu significado das mesmas.

Referencias bibliográficas

- Borrea J (2014). Análise do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar no município de Dom Pedrito - Trabalho de Conclusão de Curso, UNIPAMPA.
- Darlot, M.; Lamine, C.; Brandenburg, A. A diversidade dos circuitos curtos de alimentos ecológicos: ensinamentos do caso brasileiro e francês. *Revista Agriculturas*, v. 10, n2, junho 2013.
- Franca Filho, G.A. (2008). Via sustentável solidária no desenvolvimento local. *Organizações & Sociedade*, v.2; p.219-232.
- Freire, P. (1980). Conscientização. Teoria e Prática da Libertação uma Introdução ao Pensamento de Paulo Freire. São Paulo: Editora Moraes.
- IBGE Agricultura Familiar no Brasil e o Censo Agropecuário (2006). Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/agri_familiar_2006. Acesso em 30/05/2015.